

# JORNAL DA AJURIS

ANO 24 | NÚMERO 290 | DEZEMBRO 2021

# O FUTURO ESTÁ ON

Essa edição do Jornal da AJURIS fala da urgente realização do futuro.

Há alguns anos, com o mundo digital começando a fazer parte do cotidiano de mulheres e homens, começou a se falar que “o mundo estava em transformação”, pois em nenhum momento da humanidade se produziu tanto conhecimento quanto nos anos iniciais do século XXI, impactando valores e comportamentos sociais.

O que já era veloz, no entanto, foi acelerado ainda mais nos dois últimos anos por conta da pandemia mundial causada pelo coronavírus: hábitos e relacionamentos foram contundentemente alterados, negócios levados à falência, vidas foram ceifadas. O mundo não será mais o mesmo depois da pandemia causada pela Covid-19. O futuro precisa ser construído agora, com urgência.

Essa foi a reflexão proposta pelo XIV

Congresso Estadual da Magistratura, promovido pela AJURIS no mês de agosto, em um inédito formato virtual – um dos novos hábitos trazidos pelo isolamento social. Especialistas de diferentes áreas apresentaram suas ideias para a construção de um mundo pós-pandemia, tendo por linha mestra a proposta de cenário futuro apresentada pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos.

Esse futuro precisará ser construído também pela AJURIS em sua missão de servir aos associados. A atual gestão se realizou integralmente no período de angústias e medos vivido pela humanidade desde o início de 2019 e que agora, felizmente, começa a dar sinais que está em seu final. Uma época que deixará marcas para as próximas gestões, pois serão impactadas pela experiência dos que viveram e tiveram que administrar a Associação nesses tristes tempos. Cada um

dos integrantes do Conselho Executivo faz uma reflexão dos dias vividos e das lições para o futuro.

A solidariedade nascida nesses tempos de pandemia mostra que o futuro não terá espaço para qualquer tipo de discriminação. Aliás, registre-se, nem mesmo o tempo presente tem espaço para sentimentos alimentados pelo ódio, como foi amplamente discutido durante o 5º Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros (Enajun) e o II Fórum Nacional de Juízas e Juízes contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação (Fonajurd), realizados simultaneamente em outubro com o apoio da AJURIS. Uma coisa é certa: seja no presente ou no futuro, a sociedade precisará ser construída com o cimento da igualdade unindo a todos.

Essa edição do Jornal da AJURIS fala da construção do futuro, pois o futuro está on.

Boa leitura a todos.



# AS LIÇÕES DEIXADAS PELA PANDEMIA NA VISÃO DE BOAVENTURA:

## PROTEGER A VIDA E PRESERVAR A NATUREZA

*O sociólogo português Boaventura de Souza Santos abriu o Congresso da AJURIS fazendo uma análise do futuro do planeta pós-pandemia e deixou uma mensagem: o mal causado pelo vírus mostrou a importância de que o bem público e o bem comum devem prevalecer.*

Assim como em seu livro, *O Futuro Começa Agora – Da Pandemia à Utopia*, inspiração para o conteúdo científico do XIV Congresso Estadual da Magistratura, ao abrir o encontro o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos examinou o ambiente que antecedeu a crise pandêmica, diagnosticou problemas amplificados pela Covid-19 e lançou perspectivas para as nações sob lentes políticas, sociais e econômicas.

Referência no pensamento mundial nas áreas da sociologia do Direito e da política, Boaventura cultiva uma relação especial com o Rio Grande do Sul, onde participou ativamente do Fórum Social Mundial, criado em 2001, em Porto Alegre, para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial, de Davos. Em sua participação no Congresso, o professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia e diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra trouxe pontos de luz ante a crueldade do vírus e do seu impacto, tratou sobre a importância do Estado no enfrentamento à pandemia e criticou decisões que não prevejam a proteção à vida e à

natureza em primeiro lugar ante os complexos desafios impostos pela crise pandêmica.

Boaventura contou que de imediato, com a incidência dos registros de casos, percebera que o vírus era um sinal da natureza. Com ele, disse o sociólogo, vinha o alerta para os efeitos do modelo de desenvolvimento que causa destruição ambiental sobre os ciclos da natureza. Antes do lançamento de *O Futuro Começa Agora – Da Pandemia à Utopia*, o sociólogo já propunha em 2020 um debate a respeito do impacto do novo mal com o ensaio *A Cruel Pedagogia do Vírus*. “A pandemia nos deu uma ideia de fragilidade humana tremenda, pois ninguém estava preparado para ela”, afirmou o sociólogo. E comparou a situação atual com a da época da chegada dos europeus no continente americano. De repente, disse Boaventura, todos ficaram na mesma posição em que estavam os povos indígenas originários das Américas, quando chegaram os colonizadores, sem proteção para as doenças, levando milhões à morte.

Na sua avaliação, ainda estamos apenas numa primeira etapa da pandemia. “A fase



aguda está passando, em alguns países mais do que em outros, mas depois vem a fase endêmica, mais difícil de controlar”, avaliou. Considerado um dos grandes pensadores de esquerda da contemporaneidade, o sociólogo criticou contundentemente o modelo capitalista e os seus efeitos sobre a pandemia. Disse, por exemplo, que o sistema de patentes de medicamentos é um entrave para a imunização global, pois impede a distribuição veloz e ampla de vacinas que conteria a proliferação das variantes e cepas diferentes do vírus. “Tem muita crueldade no meio de tudo isso, porque a realidade do mundo é totalmente contrastante com a que podemos viver aonde a vacinação chegou mais rapidamente. O mundo não está seguro enquanto não estiverem todos seguros”, disse o escritor, prevendo que a desigualdade vai criar problemas sociais, econômicos, jurídicos e políticos de grande magnitude.

Nesse contexto, Boaventura destacou a importância da presença do Estado para a proteção das populações contra o vírus e os

seus efeitos. Até a crise sanitária, lembrou, havia um fortalecimento da defesa da redução do Estado, da privatização total da economia, das políticas públicas e da autorregulação pelos mercados. “Veio a pandemia, e os mercados desapareceram como por encanto”, ironizou. “Ninguém foi pedir aos mercados uma solução. Foram pedir ao Estado proteção”, acrescentou. Para ele, a pandemia mostrou a importância de que o bem público e o bem comum devem prevalecer.

O sociólogo disse, no entanto, que discorda, de alguma maneira, da ideia de que a pandemia levou o neoliberalismo ao colapso: “A pandemia mostrou a crueldade do neoliberalismo, dessa noção de economia capitalista de mercado e de uma lógica de empreendedorismo com ausência de políticas públicas”. De acordo com ele, a verdade é que em muitos países os Estados não estavam presentes para proteger a população, inclusive em nações ricas como a norte-americana. Ele destacou que, na ausência do Estado, movimentos civis se organizaram amplamente

***Boaventura traçou três cenários para enxergar o futuro. O primeiro e mais provável em sua visão é o do negacionismo. O segundo, o do “gattopardo”, se caracteriza por alguma mudança, mas para garantir a continuidade do que está posto. A terceira hipótese, a qual ele acredita ser a menos provável, mas a única razoável, é aquela cujo sucesso encaminharia o planeta para um projeto civilizatório.***



**BOAVENTURA  
DE SOUSA SANTOS**

ESCRITOR E SOCIÓLOGO PORTUGUÊS



em várias partes do mundo para atender às necessidades de populações fragilizadas com ações como distribuição de cestas básicas, por exemplo. “Há coisas que só podem ser garantidas através de políticas estatais e interestatais. Não se pode resolver com capitalismo de mercado”, completou.

Questionado sobre análises de ideólogos de que medidas de controle adotadas por governos, como a quarentena, a restrição à mobilidade e a obrigatoriedade do uso de máscara, foram um risco à prática de Estado de exceção, Boaventura contestou. “Se eu declarar que todas as medidas de controle são estado de exceção e se o estado hoje é um estado de exceção, isso politicamente é um desastre”, disse. Conforme o sociólogo, aquele argumento não permite distinguir, por exemplo, os países democráticos que tiveram realmente uma genuína proteção da vida, com proteção da liberdade, como muitos países europeus, com os sistemas que se utilizaram da pandemia para aumentar os seus poderes, como a Hungria. “A liberdade tem um limite.

E o limite é quando ela se choca com a vida. Tem que haver um equilíbrio”, ponderou Boaventura.

Como mais uma lição da pandemia, o sociólogo pontuou ainda o caráter seletivo do vírus. Boaventura rechaçou a ideia de que esse é um mal democrático, atingindo aleatoriamente todos os países, todas as pessoas, independentemente de suas condições sociais e de renda. “Não é assim, e eu provo no meu livro. Embora o vírus seja caótico, não é democrático, porque os alvos privilegiados, em termos fatais, são extremamente selecionados, por desigualdades econômicas ou por discriminação racial. Populações negras e indígenas, nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo, foram mais atingidas”, afirmou.

Diante desse contexto, Boaventura traçou três cenários para enxergar o futuro. O primeiro e mais provável em sua visão é o do negacionismo. O segundo, o do “gattopardo”, se caracteriza por alguma mudança, mas para garantir a continuidade do que está

posto. A terceira hipótese, a qual ele acredita ser a menos provável, mas a única razoável, é aquela, em sua visão, cujo sucesso encaminaria o planeta para um projeto civilizatório.

O sociólogo descreveu o cenário do negacionismo como aquele em que governos e lideranças seguiram ou adotaram uma política que desconsidera a necessidade de se proteger e de se preparar para as próximas pandemias. “Até parece, em alguns casos, que a morte de grande parte da população, sobretudo da população mais empobrecida e mais envelhecida, é um projeto social, o que chamamos de darwinismo social”, acusou. Cenário predominante em nível global, na avaliação do sociólogo, teria como exemplo mais notório o Brasil. “É o mais grotesco, grave, com consequências irreversíveis”, criticou, destacando a demora do governo para a compra de vacinas contra a Covid-19. Segundo o sociólogo, nesse quadro não se transformam as políticas públicas, não se dá atenção ao meio ambiente e não se projeta um modelo



capaz de gerar segurança à população e ao sistema público de saúde, por exemplo. Além disso, destacou que nesses países, a crise tende a se agravar, inclusive a econômica, ainda que haja um auxílio emergencial às populações mais fragilizadas.

Baseado em estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e em sua própria produção, o sociólogo projetou que a falta de proteção social poderá gerar uma crise social enorme, cuja solução seria uma ruptura incompatível com sistemas democráticos. “Portanto, vamos assistir a governos que, mesmo democráticos na superfície, de fato já não são. São sistemas híbridos da democracia, com comportamentos ditatoriais. O Brasil é o caso mais avançado desse novo modelo híbrido de regimes que têm elementos democráticos e elementos ditatoriais em conflito”, disse. Também citou como exemplos de países com experiência negacionista, além do Brasil e dos Estados Unidos, no governo Donald Trump, encerrado em janeiro deste ano, a Índia, a Hungria, a Colômbia e o Peru.

A segunda hipótese, a do “gattopardo”, em

uma referência a *Il Gattopardo*, romance de Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1958), sobre a história de uma família aristocrata que assiste às transformações sociais, políticas e históricas a partir da unificação do Estado italiano, seria uma conjuntura na qual se faz mudanças, mas para que tudo fique na mesma, garantindo o essencial. De acordo com Boaventura, esse é o caso da Europa. “Vamos fazer uma transição emergente, ser mais conscientes ecologicamente, mas não vamos alterar os nossos padrões de consumo nem o padrão de vida das cidades”, exemplificou.

O cenário da transição para um projeto civilizatório é baseado na premissa de que a partir de agora deve haver uma grande mudança para uma civilização com uma atitude ecológica, a qual se entende “que a natureza não nos pertence; a humanidade é quem pertence à natureza”. E, insistiu, diante das perspectivas, sobre a necessidade de se iniciar o processo de mudança para esse outro modelo, o de um projeto civilizatório. Entre as medidas que precisam ser tomadas estão o limite à exploração e às queimadas na Amazônia, a busca por energia renovável

consciente, a atenção aos mananciais de água, o fim da rápida obsolescência de produtos de consumo, a maior eficiência e qualidade dos transportes públicos urbanos, a soberania alimentar por meio de agricultura familiar, a educação das novas gerações para essa transição, entre outros elementos. “Tem de haver não apenas uma mudança política, que é óbvio, mas uma mudança das mentalidades”, reforçou.

Por fim, sugeriu o aprofundamento disciplinar nas academias para promover mais consciência social, democrática e ecológica no Sistema Judiciário, além de destacar a importância, durante a pandemia, de uma lente social e humanista nas análises, de forma a sentir que as decisões podem ajudar a melhorar a vida e a proteção das populações.

“O Brasil vive uma democracia à beira do caos, quando começa a ter elementos preocupantes de conflito entre elementos democráticos e ditatoriais. Espero que a democracia prevaleça, e o sistema judiciário terá um papel muito importante para isso”, concluiu.



# O DESAFIO DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS:

## MANter O ORDENAMENTO JURÍDICO COMO UM INSTRUMENTO VIVO

*Ex-presidente da principal corte da Europa que zela pelos Direitos Humanos, a alemã Angelika Nussberger contou a história da formação do tribunal, fez um relato de suas atividades e falou do impacto da pandemia na gestão das liberdades individuais nas nações do Velho Mundo.*

Com uma abordagem objetiva e sistemática, a jurista alemã Angelika Nussberger apresentou um painel pormenorizado sobre a singularidade da Corte Europeia de Direitos Humanos por meio de sua história, estrutura e funcionamento, bem como trouxe exemplos de soluções de casos e do relacionamento do tribunal com as cortes dos países-membros. A professora catedrática da Universidade de Colônia (Alemanha), ex-presidente do tribunal com uma extensa atuação na área dos Direitos Humanos em diferentes entidades da Europa, também tratou sobre o desafio das cortes europeias em acompanhar as mudanças dos padrões

sociais e descreveu um breve panorama sobre a atuação do tribunal envolvendo a pandemia da Covid-19 e suas consequências.

O painel foi iniciado com uma retrospectiva didática sobre a Corte Europeia de Direitos Humanos. Formado inicialmente por dez países-membros a partir da divisão da Europa em Ocidental e Oriental após a Segunda Guerra Mundial e respeitando os conceitos dos Direitos Humanos defendidos e praticados pelas nações ocidentais, o tribunal tem como missão, desde a sua fundação, evitar o retorno do fascismo ao continente. Em 1990, com a queda do Muro de Berlim, países até então ligados ao lado oriental passaram a integrar a corte com sede em Estrasburgo, na França. Atualmente, a corte representa 47 países, membros do Conselho da Europa que ratificaram a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, e abrange 80 milhões de pessoas.



Cada país-membro, embora com dimensões e peculiaridades muito diferentes, tem um juiz. O grupo de 47 juízes é dividido em cinco seções, que analisam diferentes questões relacionadas a violações dos Direitos Humanos. Angelika detalhou que cada seção é integrada por magistrados de diferentes sistemas e nações com características diferenciadas a fim de possibilitar uma decisão de fato europeia, considerando as peculiaridades jurídicas e culturais de cada nação. Além disso, o sistema tem cortes de três a cinco juízes, para análise de casos menos complexos sobre admissibilidade ou inadmissibilidade, os quais podem ser decididos monocraticamente.

Ao tratar sobre trabalho jurisdicional da corte e os conceitos adotados, Angelika informou que, estatisticamente, os casos levados com maior frequência ao tribunal versam sobre o devido processo legal, tanto em matéria civil quanto criminal. Segundo a professora, os processos questionam decisões judiciais domésticas; em grande parte sobre a

demora da execução de decisões – considerada uma violação dos Direitos Humanos no sistema europeu. Também destacou entre os temas relevantes levados à corte denúncias sobre o sistema prisional europeu, sobretudo aqueles relacionados a padrões de tratamento aos prisioneiros em cadeias, como tamanho de celas e a alimentação servida nas prisões.

Além disso, a jurista salientou a forte atuação da corte na questão de refúgio no continente – alvo de intensos e numerosos fluxos migratórios. Embora a Convenção Europeia de Direitos Humanos não estabeleça o direito de asilo, esclareceu Angelika, veda o tratamento desumano. Se o retorno do refugiado implica em risco à vida ou ao tratamento desumano, então, a corte atua. “Nesse caso, a Corte Europeia de Direitos Humanos acaba agindo como a maior corte sobre direitos de refúgio no sistema”, afirmou.

Segundo Angelika, embora a Corte Europeia considere a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, adotada em novembro

de 1950, como a base jurisdicional do seu trabalho, o ordenamento é respeitado como um “instrumento vivo”, no qual os princípios devem ser moldados com o tempo e evoluir com as mudanças de comportamento e a



**ANGELIKA  
NUSSBERGER**  
JURISTA ALEMÃ



***O problema é como definir quando padrões sociais mudaram, pois os juízes precisam de argumentos para agir como juízes, e não como políticos ou novos legisladores.***



dinâmica da sociedade. “A convenção precisa ser interpretada com base na realidade social atual, e não nos anos 50”, afirmou. Angelika lembrou, inclusive, que, nos próprios anos 1950, a corte usou a doutrina do “instrumento vivo” ao reconhecer que, em muitas legislações, o tratamento de crianças nascidas fora do casamento era discriminatório comparado ao das nascidas dentro do casamento. “Hoje, nós fazemos esse mesmo uso com relação a outros tipos de decisões relacionadas com casamento, adoção homoafetiva, questões vinculadas a direitos de transgêneros e outras matérias de família”, acrescentou.

O problema, porém, reconheceu Angelika, é definir em que medida os padrões sociais mudaram. “Os juízes devem ter bons argumentos, se não, acabam agindo como políticos e não, como juízes. Devemos encontrar um equilíbrio entre não aplicar

legislações fora do padrão europeu, mas também não agir como novos legisladores.” Como critério para buscar esse entendimento, a corte usa a tese do Consenso Europeu, em que uma doutrina única vai se formando e sendo incorporada ao tribunal a partir de reiteradas decisões semelhantes nas cortes dos países-membros ou da criação de legislações específicas.

“Nós permitimos dentro da margem de interpretação que diferentes países, apliquem noções distintas de Direitos Humanos”, disse. Ela citou como exemplo o uso do véu facial, que é permitido em alguns países; em outros, não. Na interpretação de consenso, a Corte Europeia respeita as variações, seja à liberação ou à vedação do uso do véu, por razões de ordem cultural ou religiosa.

Conforme Angelika, há um diálogo entre as cortes constitucionais dos países-membros e a

Corte Europeia, à medida que os juízes no nível doméstico procuram remeter suas decisões à jurisprudência de Estrasburgo. “Há uma cooperação e uma tendência de interpretar de forma consistente as prerrogativas da corte europeia pelas cortes constitucionais europeias”, reforçou. Observou, porém, que há conflitos. Segundo a jurista, atualmente, o principal é com a Rússia, cuja mudança na Constituição coloca as leis russas acima no ordenamento jurídico das leis internacionais, ocasionando uma violação de direito internacional e do princípio da superioridade estabelecido pela Convenção de Viena (sobre o direito dos tratados entre os países), explicou.

Angelika citou os dois principais princípios para a compreensão da atuação da corte. O primeiro, o de subsidiariedade, define que os Direitos Humanos devem ser exercidos dentro do país-membro e que as cortes nacionais



domésticas devem proteger os direitos em primeiro lugar. O segundo é o princípio da proteção efetiva, aquela na qual os direitos devem ser protegidos efetivamente, não apenas teoricamente.

Quanto à atuação decorrente da pandemia da Covid-19, Angelika disse que, no início da crise sanitária, alguns países usaram a prerrogativa de declarar emergência, com a possibilidade de reduzir o escopo de algumas proteções civis, conforme está previsto no **artigo 15º da Convenção Europeia de Direitos Humanos**. Rapidamente, no entanto, retiraram a prerrogativa, voltando para o critério de

proporcionalidade, dando prioridade ao direito à vida diante de outros direitos que podem estar sendo potencialmente limitados. De modo geral, afirmou Angelika, restrições de direitos humanos relacionadas à pandemia, como as questões de mobilidade, por exemplo, ainda não foram adjudicadas na Corte Europeia – “sobretudo pelo princípio da subsidiariedade, na medida em que essas reclamações ainda devem seguir dentro dos sistemas domésticos”. Além disso, acrescentou que as cortes constitucionais domésticas não têm encontrado violações constitucionais nas medidas de controle pandêmico.

## ARTIGO 15º

**1** *Em caso de guerra ou de outro perigo público que ameace a vida da nação, qualquer Alta Parte Contratante pode tomar providências que derroguem as obrigações previstas na presente Convenção, na estrita medida em que o exigir a situação, e em que tais providências não estejam em contradição com as outras obrigações decorrentes do direito internacional.*

**2** *A disposição precedente não autoriza nenhuma derrogação ao artigo 2º, salvo quanto ao caso de morte resultante de atos lícitos de guerra, nem aos artigos 3º, 4º (parágrafo 1) e 7º.*

**3** *Qualquer Alta Parte Contratante que exercer este direito de derrogação manterá completamente informado o Secretário-Geral do Conselho da Europa das providências tomadas e dos motivos que as provocaram. Deverá igualmente informar o Secretário-Geral do Conselho da Europa da data em que essas disposições tiverem deixado de estar em vigor e da data em que as da Convenção voltarem a ter plena aplicação.*



## O COMPROMISSO DA LITERATURA:

# CRIAR AS PONTES QUE PROMOVAM O ENFRENTAMENTO DOS MÚLTIPLOS ABISMOS SOCIAIS

*Com o olhar apurado para o preconceito, as facetas da violência e as desigualdades abissais no Brasil, os romancistas Jeferson Tenório, Patrícia Melo e Paulo Scott aprofundaram as reflexões para a compreensão da realidade e do horizonte pós-pandêmico durante a mesa literária Romance Brasileiro Contemporâneo e Abismos Sociais. Os escritores reconheceram que a literatura pode provocar empatia e funcionar como um instrumento de identificação com sentimentos e dores, mas destacaram que não tem compromisso com as questões sociais abordadas em suas narrativas.*

Autor de O Averso da Pele, lançado em agosto de 2020 pela Companhia das Letras, Tenório reconheceu na literatura uma via importante para promover a reflexão e o debate sobre questões sociais, mas disse que não consegue enxergá-la como instrumento de denúncia. “Não esperem que a literatura assuma esse papel, de se colocar como grande salvadora ou aquela que vai trazer a grande

consciência racial, social, política para as pessoas”, afirmou. “A arte não suporta muita realidade, na verdade ela repele o excesso de realidade, porque age em outro tempo. Há outras formas mais práticas e rápidas de conseguir mudanças mais profundas na sociedade”, argumentou o romancista nascido no Rio e radicado em Porto Alegre, onde faz doutoramento em Teoria Literária na Pontifícia Universidade Católica (PUCRS).

Para Tenório, a arte é um instrumento de sensibilização, capaz de promover nas pessoas uma identificação com algumas dores e sofrimentos. “A literatura é muito poderosa, porque vai atingir as pessoas de tal modo que talvez nenhuma outra área do conhecimento consiga”, afirmou. Ponderou, no entanto, que o incomoda a redução de uma obra literária apenas a uma voz de luta – embora reconheça a importância de produções engajadas, mais incisivas, com transparência política, em momentos específicos.



O escritor disse que, “de certo modo”, O Averso da Pele faz algum tipo de denúncia, de reivindicação: “Há ali um pedido para que o leitor olhe para determinados assuntos, como o racismo, a violência policial, a educação”. No entanto, acrescentou Tenório, esses temas atravessam o livro, não são a sua síntese. “Se eu fosse dar uma síntese para O Averso da Pele seria o reconhecimento da humanidade, que passa pela paternidade, pelo luto, pelo racismo, por uma série de questões, porque se fosse sobre racismo, ele não conseguiria se sustentar enquanto obra literária”, concluiu.

O romance traz a história de Pedro, que, depois da morte trágica do pai, morto em uma desastrosa abordagem policial, busca o resgate do passado familiar e refazer os caminhos paternos. Dessa trajetória reflexiva, narrada em segunda pessoa, emergem questões pungentes como o racismo e a violência policial, numa trama que reflete a estigmatização da negritude e os abismos sociais aos quais são vítimas as comunidades negras e pobres do país. Nesse sentido, o livro trata também sobre o senso de justiça, afirmou



## JEFERSON TENÓRIO

ESCRITOR

***A arte age em outro tempo, um tempo que não é o mesmo da luta social. Por isso, não esperem que a literatura assuma esse papel, de trazer a grande consciência política e social. Mas ela é, sim, muito poderosa, de tal forma que talvez nenhuma outra área do conhecimento consiga atingir. Um importante instrumento de sensibilização, que faz com que se possa, de algum modo, se identificar com dores e sofrimentos.***



Tenório, quando a promove em relação ao que acontece com os personagens. “Pedro vai fazer essa reflexão, pensando que as pessoas que mataram o pai jamais saberão o que ele tinha antes da pele. Ele quer mostrar esse avesso, que talvez seja o que conecta todas as pessoas”, acrescentou.

Desde a Suíça, onde vive, a escritora Patrícia Melo corroborou a opinião de que não é função da literatura buscar respostas ou denunciar problemáticas sociais. Uma das mais aclamadas autoras da literatura brasileira contemporânea, Patrícia disse que não escreveu seu último e 12º romance, Mulheres Empilhadas, cuja temática central é o feminicídio, tentando levantar uma grande bandeira sobre políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. “Mas acho que o espaço da literatura, sobretudo, nestes momentos tão obscuros como o que a gente vive, é um ato de resistência”, afirmou a escritora.

De acordo com a autora, a sua escritura vem de um espanto, de uma falta de aceitação,



mas também tentando compreender a realidade, sem esperar uma catequese do leitor, e, sim, um sentimento de empatia em relação aos que sofrem. “Que o leitor consiga se colocar no papel, nos sapatos, como dizem os americanos, das vítimas e, dessa forma, ter uma conscientização de problemas graves que afetam a nossa sociedade”, disse a autora, cujas obras reúnem um amplo panorama da violência contemporânea em suas várias facetas.

Segundo Patrícia, *Mulheres Empilhadas* nasceu do desejo de tratar do universo feminino sob uma ótica da violação dos direitos humanos. “A questão da violência contra as mulheres acontece de uma forma tão acachapante no Brasil que acaba sendo naturalizada”, constatou. Ela disse que quando começou a escrever o livro, lançado pela editora Leya em novembro de 2019, havia 10 mil casos de feminicídio em fase de julgamento em diferentes cortes brasileiras. “A gente vive no Brasil uma pandemia de feminicídio dentro da pandemia do coronavírus”, afirmou. E a crise pandêmica agravou ainda mais a

situação das mulheres em risco, disse Patrícia, porque tirou delas as possibilidades de apoio da escola, da creche e dos próprios vínculos familiares na criação dos filhos, deixando-as enclausuradas, muitas vezes com o seu agressor.

O romance, resumiu Patrícia, parte da trajetória de uma jovem advogada que, tentando fugir de uma relação abusiva, se incorpora a uma força-tarefa criada pelo Judiciário para acelerar julgamentos de feminicídios no Acre. A viagem não é só a trabalho, é espiritual também. Em contato com a floresta, a jovem participa de rituais de comunidades indígenas para resgatar o passado e a história da violência na sua própria família na tentativa de curar um trauma. A personagem, então, adentra para um mundo mágico, uma tribo de mulheres guerreiras e exímias lutadoras, tornando-se membro dessa comunidade que busca vingança e justiça.

“É ali, neste acerto de contas do mundo onírico, que eu falo muito desses abismos sociais que existem. É muito comum você

ver homens brancos de classe média e classe alta assassinar suas companheiras, serem julgados e absolvidos, saírem pela porta da frente e ainda transformarem esses



## PATRÍCIA MELO

ESCRITORA

***Não é função da literatura buscar respostas ou fazer denúncias, mas isso não significa que ela não ocupe, sobretudo nesses momentos tão obscuros que a gente vive, um espaço de resistência. Ao mostrar uma realidade, espera-se que haja uma sensibilização, uma sensação de empatia em relação aos que sofrem, que o leitor consiga se colocar no papel das vítimas e se conscientize sobre os problemas que afetam a nossa sociedade.***



julgamentos numa segunda morte dessa mulher que ele assassinou. Ao passo que a gente vê também casos em que esses assassinos de mulheres, sem dinheiro e sem apoio durante o processo, serem abandonados. Praticamente só os pobres assassinos e os negros é que acabam indo para a cadeia pelos crimes de feminicídio”, criticou.

Como Patrícia e Tenório, o gaúcho Paulo Scott, autor de Marrom e Amarelo, romance que trata de dois irmãos marcados pela discriminação racial no Brasil, desvinculou um eventual compromisso da literatura com as questões sociais abordadas nas narrativas literárias. No entanto, reconheceu que,

para os leitores, a literatura pode ter essa função. “Se é verdade que a literatura não tem compromisso, é verdade que sensibiliza e apresenta uma realidade que dificilmente outras dimensões conseguem estabelecer”, afirmou.

Na avaliação de Scott, a literatura brasileira deste século vive um momento importante e significativo por revelar invisibilidades, como as questões dos indígenas, das mulheres, das comunidades negras e LGBTQIA+, por exemplo, mas ressaltou, mais uma vez, que o entendimento disso depende da leitura. “Como autor eu imagino que as leituras vão sedimentando uma espécie de debate

de compreensão do que somos, e do que podemos ser e do que não deveríamos ser.” E ressaltou a importância de obras como Um Defeito de Cor, de Ana Maria Gonçalves, de 2006, e Cidade de Deus, de Paulo Lins, publicado em 1997, que expõem disfuncionalidades civilizatórias do modelo que contorna problemáticas sociais, como desigualdade e preconceito.

Sobre Marrom e Amarelo, Scott definiu como um livro sobre raiva e retorno. “A raiva da nossa incapacidade de nos percebermos submetidos a uma máquina de hierarquização das pessoas a partir da cor de sua pele, que acaba afetando as pessoas que são



**PAULO SCOTT**

ESCRITOR

***Em um momento crítico como o que a gente vive, a arte dá uma resposta de finalidade coletiva, de construção com igualdade, empatia, sensibilização, que é justamente o que a nossa sociedade doente precisa. Se é verdade que a literatura não tem compromisso, é verdade também que a literatura sensibiliza, que apresenta uma verdade que outras dimensões não conseguem estabelecer. Uma verdade que só acontece na literatura.***





estigmatizadas e vítimas desse processo, a ponto de assumirem uma ética da violência, que na verdade seria uma moralidade da violência”, afirmou. A trama traz a história de dois filhos de pai negro, os irmãos Federico e Lourenço. Eles são muito diferentes: o primeiro, mais velho, sente uma raiva latente; o segundo, é bonito, joga basquete e é “muito gente boa” – resume a apresentação do livro lançado pelo selo Alfabeta. Ambos crescem sob a pressão da discriminação racial, mas, enquanto Lourenço tenta enfrentá-la com naturalidade, Federico, o narrador, se torna ativista das questões raciais, e, na maturidade, passa a ser acometido por lembranças de eventos traumáticos da infância e da juventude.

Formado em Direito, Scott falou também da relação entre a área e a literatura. “Existe uma aproximação da arte, da literatura, que resulta em um impacto importante na condição humana naquele que dialoga com essa dimensão”, disse o premiado autor de poesias e de romances, com textos publicados em várias línguas. Nesse sentido, disse ter certeza

de que o Direito precisa não da literatura em si, mas sim de um debate público utilizando “a lente da literatura para se afirmar”. “A revolução pessoal possível a partir da leitura de obras como as debatidas aqui, faculdade nenhuma de Direito vai conseguir estabelecer, sobretudo quando você tem a perspectiva tecnológica, o resultado, a estatística, a solução racional como vetor condutor do engajamento das pessoas envolvidas”, comparou.

Para Scott, no contexto atual brasileiro, a literatura deveria ser assumida como uma espécie de dimensão viabilizadora de um debate público urgente, a fim de sensibilizar para a necessidade de que essa deve ser uma reflexão permanente. Segundo o autor, o segredo não está exatamente na escrita, mas no modo como a leitura será feita. “Nesta urgência, deveríamos refletir inclusive da admissão e concretização dentro do ensino da Faculdade do Direito de disciplinas que possam trazer este vínculo interdisciplinar entre Direito e literatura”, propôs.



## A TAREFA DO GOVERNO E DAS ENTIDADES CIVIS:

ORGANIZAR  
A VIDA NAS  
CIDADES E  
AS RELAÇÕES  
SOCIAIS NA  
BUSCA DO  
BEM-ESTAR  
DE TODOS

*A reconstrução do espaço urbano, o papel do Estado na assistência à população, a geração de empregos e o cumprimento das metas da Agenda 2030 da ONU formam um denso cenário permeado de conflitos onde precisará atuar a Justiça como forma de garantir os direitos e a qualidade de vida dos brasileiros.*

A crise sanitária provocada pela Covid-19 potencializou uma série de desafios para o futuro das cidades, da convivência, do bem-estar, do fim das desigualdades e das conquistas sociais no Brasil e no mundo. Esse amplo espectro sobre as consequências da pandemia foi apresentado no painel de encerramento do XIV Congresso Estadual da Magistratura em análises robustas e detalhadas pelo empresário Philip Yang, ex-diplomata e fundador do Instituto de Urbanismo e Estudos para a Metrópole (Urbem), expoente pensador das questões contemporâneas, e pela jornalista Flávia Oliveira, comentarista da GloboNews, articulista de temas socioeconômicos e

reconhecida participante de movimentos sociais.

Em sua fala, Yang construiu um fio de raciocínio ligando a geopolítica às cidades e aos futuros possíveis para a convivência a partir do cenário atual, sob o contexto político da democracia no Brasil e no mundo, a fim de possibilitar a reflexão e o diálogo em busca de soluções. Minucioso, o empresário passou por diagnósticos da condução das políticas externa e interna do país, recomendações de medidas de política urbana para a mitigação da desigualdade e encerrou o seu painel com uma sugestão para 2022.

Inicialmente, Yang analisou a política externa brasileira e os impactos dessa postura para o país diante das profundas mudanças no ordenamento geopolítico internacional, a partir do processo de deslocamento do centro da ordem mundial do Ocidente para a Ásia. “O Brasil precisa navegar com inteligência, com pragmatismo na interação com os núcleos de poder geoeconômico e político no mundo.



Não foi isso que aconteceu nesses últimos anos, quando a nossa política externa adotou uma postura de alinhamento irrestrito à administração do presidente Trump (Donald, presidente dos Estados Unidos, 2017-2021) combinada com ataques irracionais à China”, criticou.

À luz dessa reflexão sobre a condução da política externa, Yang adicionou que não só no Brasil, mas globalmente, é premente alinhar objetivos de desenvolvimento aos de controle das mudanças climáticas. Além disso, reiterou que a política externa também precisa estar fundamentada em ações internas, a fim de viabilizar os objetivos no âmbito das relações internacionais do país. Por isso, ao lembrar a crescente importância da Ásia, criticou a falta de políticas que ampliem o conhecimento sobre a região, como, por exemplo, o estímulo ao envio de estudantes para a China.

Segundo Yang, assim como na geopolítica, no domínio das cidades há uma transição de natureza estrutural e global. Pelo seu



## PHILIP YANG

FUNDADOR DO INSTITUTO DE  
URBANISMO E ESTUDOS PARA  
A METRÓPOLE

***A transformação das cidades está sendo impactada por quatro vetores: a transição urbana, com cada vez mais gente morando nas cidades, a perda de empregos na indústria, o envelhecimento da população e o aumento da desigualdade de renda e patrimônio.***



diagnóstico, há quatro vetores conduzindo essa transformação urbana: a transição urbana propriamente, caracterizada pela concentração populacional nas cidades; a desindustrialização; o envelhecimento das populações; e, por fim, o aumento da desigualdade de renda e patrimônio.

Sobre o primeiro vetor, Yang pontuou que se vive cada vez mais em um planeta de cidades – projeção amparada, entre outros dados, em uma pesquisa da geógrafa Karen Seto, da Universidade de Yale (EUA), apontando que a mancha urbana do planeta será três vezes maior à de 2000 em 2030. Já sobre a desindustrialização, o empresário chamou a atenção para pressão no mercado de trabalho que impacta nas cidades, ocasionada por dois fatores: primeiro, pela ocupação dos serviços no posto de principal fator de aglomeração nos espaços urbanos, processo iniciado há algumas décadas; segundo, pelos movimentos de robotização e inteligência artificial. Em relação ao terceiro vetor, o envelhecimento populacional, Yang reconheceu o efeito



positivo do fenômeno ao aumentar o período produtivo das pessoas. Alertou, porém, que são necessários ajustes para enfrentar os elevados custos social e econômico das doenças associadas a esse processo.

O quarto e último vetor – o aumento da desigualdade de renda e de patrimônio –, embora não seja uma tendência urbana, conforme Yang, ganha expressão evidente nas cidades. O empresário exemplificou as diferentes maneiras nas quais a desigualdade se materializa no espaço urbano, o que ele chamou de desigualdade do acesso de bens coletivos nas cidades: “Quando milhões de pessoas perdem duas ou três horas todos os dias em seus trajetos de ida e volta ao trabalho; quando milhões de pessoas sofrem com o déficit habitacional; quando milhões de pessoas não têm acesso a uma mercearia ou a uma farmácia num raio de 30 minutos de caminhada a pé do local onde residem; sem falar da ausência de escolas, creches, postos de saúde, espaços verdes em muitas das nossas

aglomerações humanas”.

Conforme Yang, nessa dimensão relacionada à organização espacial das cidades e ao acesso a bens coletivos urbanos, a desigualdade tem impacto todos os dias nas vidas das pessoas, na economia e no meio ambiente. “Essa desigualdade é incabível; paradoxalmente, essa desigualdade de bens públicos, é mais fácil de resolver do que a desigualdade de renda e patrimônio, porque uma política urbana bem conduzida pode ter um efeito no bem-estar coletivo mais eficaz e mais rápido que muitas políticas distributivas”, defendeu.

O empresário sugeriu ajustes urgentes, inclusive do próprio pacto federativo, a fim de buscar uma gestão mais democrática do espaço social brasileiro. As medidas propostas são o aumento do número de municípios, baseado na densidade populacional das áreas e não do espaço físico, mais autonomia política e de gestão das regiões metropolitanas, além

de melhor representatividade na estrutura democrática do país e nas ações relacionadas a grandes questões urbanas.

Em defesa do aumento do número de municípios, argumentou que, ao contrário da crítica comum, a de que há excesso de municipalidades, a quantidade é muito pequena (5.570) para um território (8,5 milhões de quilômetros quadrados) tão extenso. Apesar de reconhecer problema no surto emancipatório após a Constituição de 1988, o atribuiu à explosão de novos micromunicípios como produto de estímulos errados, que precisam ser revisados, e defendeu o aumento do número de municipalidades com base na densidade populacional.

Sobre a autonomia política e de gestão das regiões metropolitanas, disse que as grandes aglomerações humanas hoje estão estabelecidas nesses espaços a partir de uma coerência de complementariedade econômica e social sem correspondência de governança



na estrutura federativa. “Seria muito benéfico no plano da gestão do espaço metropolitano que a metrópole pudesse constituir uma unidade política dotada de autonomia administrativa e de planejamento”, completou.

Na ponta do fio de seu raciocínio, apresentou o que chamou de uma tese para o futuro da convivência no país: “O Brasil e a nossa convivência democrática necessitam de uma nova Constituição”. Segundo o empresário, a carta atual “nos amarra ao atraso administrativo, à ineficiência decisória e a uma rede de privilégios e de corporativismo no Estado”, embora tenha reconhecido ser natural haver um temor de as enormes conquistas de 88 serem perdidas. “A cautela e o medo não podem se sobrepor à audácia que é necessária para o aprofundamento e a ampliação da nossa democracia por meio de uma nova Constituição”, disse. E propôs a introdução de três grandes valores em uma eventual nova carta.

O primeiro é a paridade na representação de raça e sexo para a construção de uma convivência real, coesa e próspera. O segundo é o mérito para qualificar e capacitar a ocupação de cargos eletivos. E o terceiro valor seria a separação no Legislativo das funções de representação e deliberação, denominada por ele de “decupagem”. “Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a gente tem uma oportunidade de resgatar elementos da democracia direta nas tomadas de decisão do governo, fazendo a decupagem, a separação das funções de representação e deliberação, dando de volta ao povo o poder real de deliberação”, explicou.

Para Yang, o cenário atual, com a democracia sob ataque no Brasil e em vários pontos do globo, é de extrema gravidade e demanda novas fórmulas de governança. “A gente se encontra num momento da história em que enxerga com clareza o risco de colisão entre a tendência desigualitária do capitalismo e o aumento da pressão igualitária

da democracia”, projetou. O empresário disse que também é possível enxergar os limites intrínsecos de cada um. De acordo com ele, no caso do capitalismo, as mudanças climáticas e a insustentabilidade do modelo de consumo; na democracia, a instabilidade do próprio sistema, pela erosão da credibilidade das instituições do Estado, pela perda de legitimidade do sistema de representação, bem como pela polarização ou radicalização da opinião pública.

“Uma reconstituente me parece ser a solução e, certamente, mais abrangente e mais rápida. Esta aqui é a minha utopia agora: a ideia de que uma assembleia reconstituente fosse abraçada desde logo por uma candidatura para as eleições de 2022, não como uma utopia, mas como plataforma real de transformação”, finalizou.

Na segunda parte do encontro, a jornalista Flávia Oliveira analisou os impactos da crise provocada pela Covid-19 a partir do horizonte



da Agenda 2030, um plano de ação global liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU) composto de 17 metas, entre as quais as principais são a erradicação da pobreza e da fome. Como reflexão para avaliar os efeitos da pandemia, especialmente no Brasil, utilizou a representação da figura geométrica de um tetraedro, no qual cada face se configuraria uma dimensão da crise – na base, a política; em cada uma das outras faces, a sanitária propriamente dita, a econômica e a social. E, a partir dessa imagem, destacou a constatação de que a pandemia afastou o mundo e o Brasil, em particular, do cumprimento das metas para 2030.

A crise sanitária conduzida “por um governo nada íntimo e tampouco interessado nas dimensões de qualidade de vida e de política social estruturada deteriorou ainda mais esse ambiente”, afirmou. “O que vemos hoje no Brasil é uma sociedade muito penalizada por essas dimensões de crise”, acrescentou, destacando o cenário da economia, principalmente os altos índices de desemprego

propriamente dito, assim como outras dimensões do mercado de trabalho, como a informalidade, a subutilização de mão de obra e o desalento (pessoas que desistiram de procurar emprego porque não têm esperança de que vão encontrar).

Há brasileiros, apontou Flávia, que gostariam de trabalhar, mas não trabalham por dificuldades supostamente pessoais, como, por exemplo, cuidadoras de familiares, crianças, adolescentes ou idosos, sem uma rede de apoio. Essas pessoas, observou a jornalista, poderiam ser atendidas por políticas públicas eficientes. “O fenômeno de subocupação dessa força de trabalho potencial, que atinge sobretudo as mulheres, precisa entrar em debate, porque um arcabouço como creches, educação em horário integral e assistência aos idosos liberaria esses cuidadores não remunerados para o mercado de trabalho, e, conseqüentemente, proporcionaria mais bem-estar”, afirmou. Além disso, Flávia destacou que fenômenos como o desemprego, a informalidade e o desalento – condições da

precarização do mercado de trabalho nos últimos anos – sujeitam à vulnerabilidade social.

Esse cenário, observou Flávia, explica a criação do auxílio emergencial, que chegou a



**FLÁVIA OLIVEIRA**  
JORNALISTA

***A crise sanitária conduzida por um governo nada íntimo e tão pouco interessado nas dimensões de qualidade de vida e política social estruturada deteriorou ainda mais as possibilidades de se alcançar o cumprimento das principais metas da Agenda 2030, como a erradicação da pobreza e da fome no nosso país.***



R\$ 293 bilhões no ano passado. “Infelizmente, os recursos foram mal aplicados”, afirmou. Segundo a jornalista, os indicadores do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas do Rio, a FGV Social, mostraram que a proporção dos pobres no país flutuou como uma montanha-russa desde o início da pandemia. O índice estava na faixa de 12%, caiu para 5%, em fins de agosto de 2020, depois voltou a subir para 16% no primeiro trimestre de 2021 e recuou para ao redor de 11%, atualmente. “O Brasil teve uma experiência errática, pouco consistente, no enfrentamento às duas principais metas que encabeçam a lista dos objetivos de desenvolvimento sustentável”, afirmou Flávia.

Na sua visão, a crise sanitária também produziu boas lições, como o ressurgimento da sociedade civil organizada, que, segundo a jornalista, mostrou uma resposta rápida e eficiente, embora em escala incapaz de suprir as necessidades da sociedade brasileira. Flávia destacou exemplos principalmente nas organizações com base em territórios, comunidades populares, favelas, periferias, quilombos e aldeias. De acordo com ela, há várias experiências positivas de diagnóstico preciso sobre as consequências da crise sanitária não apenas na saúde, mas em outras dimensões, como trabalho, bem-estar e qualidade de vida. Também citou a contribuição nas ações do enfrentamento à

fome e nas implicações do confinamento e da crise econômico-social na violência doméstica, na violência de gênero e na violência contra crianças.

A jornalista também lembrou a ampliação do debate em torno da violência policial, em especial no Rio de Janeiro. “Acho que o Rio de Janeiro foi o caso mais explícito de um alinhamento ao discurso da violência, da política de confronto, e isso levou a um aumento muito grande ao recorde da letalidade policial em 2019, que transbordou para 2020, mesmo com a pandemia, quando a recomendação era de recolhimento e redução nos deslocamentos”, observou. Por isso, destacou a restrição de operações policiais em



comunidades cariocas durante a pandemia em decisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à Arguição de Descumprimento Fundamental (ADPF) 635, a chamada ADPF das Favelas, em agosto de 2020, prevendo que as ações de forças de segurança só ocorressem em caso de excepcionalidade.

Nesse sentido, Flávia salientou ainda a importante atuação do Judiciário durante esse período de crise pandêmica no cumprimento da legislação. E destacou a relevância de decisões do Judiciário em relação a leitos e suprimentos hospitalares, por exemplo, bem como ao prestar respostas mais ágeis em relação à imunização e na viabilização do acesso ao auxílio emergencial. “Embora não tenha nos livrado das piores consequências dessa tragédia, certamente apoiou milhares, talvez centenas de milhões, de famílias brasileiras”, disse.

Por fim, avaliou que o futuro está em disputa. “Na sociedade brasileira, e no mundo afora, há uma tensão entre os que desejam avançar na direção de sociedades mais equânimes, justas, equilibradas, com paridade de gênero, raça, representação de poder, com aqueles inconformados com essa pressão de transformação e empenhados em manter a velha ordem”. Como essa disputa terminará, Flávia não ousou apostar. Avaliou, no entanto, que não era esse o futuro em jogo na virada de 2020, quando os grupos progressistas teriam entrado em campo derrotados, segundo a jornalista. Hoje, ressaltou, debate-se qualidade de política pública, representação, necessidade de repensar o papel do Estado. “Como mulher negra que sobreviveu a tudo, a todo esse processo histórico, e chega a 2021 com voz e vez, não me cabe nenhum papel que não seja o da confiança e o da esperança incondicional de construção de um futuro melhor”, concluiu.



# O DESAFIO DA AJURIS: **CONSTRUIR O “NOVO NORMAL” NA RELAÇÃO COM OS ASSOCIADOS**

A atual gestão da AJURIS enfrentou um momento histórico. Cerca de 40 dias depois de ser empossada, no início de fevereiro de 2020, precisou gerenciar os efeitos de uma crise sanitária mundial que estabeleceu novos parâmetros para o relacionamento da sociedade, sem nunca deixar de atender as necessidades do associado. No primeiro momento, todos se mantiveram reclusos em suas casas, e muitos negócios fecharam suas portas. No momento seguinte, o convívio foi liberado aos poucos, mas mediante o respeito de regras como a observância do distanciamento social e o uso de máscara. Por fim, ao final da gestão, a disseminação do uso da vacina dá esperança de que, aos poucos, a vida volte ao normal.

Ou a um novo normal, como alertam

especialistas, cientistas e estudiosos dos efeitos que a Covid-19 causou na humanidade, que insistem que muitas das mudanças causadas tragicamente pelo coronavírus deixarão de ser temporárias e passarão a ser definitivas, incorporadas ao dia a dia das pessoas e das empresas mesmo quando a pandemia estiver controlada.

Administrar esses novos tempos e ajudar a construí-lo é missão da futura gestão da AJURIS, que assume a partir do início de 2022. Em breves relatos, os integrantes do atual Conselho Executivo contam como foi administrar a Associação em tempos de crise sanitária e revelam que ensinamentos os momentos de apreensão e tristeza deixam para os que vão seguir com a tarefa de manter a AJURIS relevante na vida de seus associados.





**ORLANDO  
FACCINI NETO**  
*PRESIDENTE*

“

Um dos ensinamentos que a pandemia nos deixa, em uma gestão totalmente realizada nesse período crítico, é o reforço da essência do papel da Associação na vida de todos nós, magistrados e magistradas. Nos momentos difíceis, quem está à frente de um grupo, de qualquer grupo, tem a obrigação de apontar caminhos e não deixar que o peso dos dias nos faça esmorecer, mantendo viva a esperança de que tempos melhores virão. Foi assim que procuramos atuar, mesmo as restrições impostas pelo isolamento e outras medidas sanitárias. Essas são as valências que, não apenas a presidência, mas todo nosso Conselho Executivo, entrega para as futuras gestões: por mais difíceis que sejam os desafios, nossos associados podem e devem se sentir amparados pela AJURIS.

”



“

Em um mundo em constante transformação, as crises estão sendo aproveitadas pelos gestores e administradores como oportunidades de revisar processos e estruturas. Foi o que fizemos na gestão administrativa da AJURIS ao enfrentarmos uma crise de caráter mundial, que mudou a rotina do trabalho e dos relacionamentos. Ajustes foram feitos em nossa estrutura, e o principal desafio que fica para as próximas gestões é entender a real dimensão de novas rotinas de trabalhos, como a instituição do home office, por exemplo, e que impactos e melhorias trarão na atuação da Associação ao atender as necessidades dos associados. Uma crise nunca é boa, especialmente uma crise que levou milhões de vida pelo mundo, mas precisamos aprender com elas para estarmos preparados para os desafios que ainda nos reservam o mundo.

”



**CLÁUDIO  
MARTINEWSKI**  
*VICE-PRESIDENTE  
ADMINISTRATIVO*





## MAURO PEIL MARTINS

*VICE-PRESIDENTE DE  
PATRIMÔNIO E FINANÇAS*

“

Os tempos de pandemia da Covid-19 trouxeram enormes desafios para todos, e para a AJURIS não foi diferente. Tivemos que lidar com as adversidades e fazer as adaptações necessárias, a fim de garantir o adequado funcionamento da associação. Diante da redução das viagens da presidência e a ausência de eventos, conseguimos reduzir o valor da mensalidade de 1,4% para 1,2% do subsídio, sem que, com isso, tenha havido prejuízo às finanças. Optamos, também, por vender um dos dois veículos que tínhamos, pois os eventos online diminuíram sensivelmente a necessidade de deslocamentos. Agora, com a maioria da população já vacinada, estamos retomando, gradualmente, à normalidade, cientes da responsabilidade em prestar um bom serviço aos nossos associados e contribuir para fortalecimento da democracia.

”



“

Há dois anos era grande a minha expectativa, eram muitos os meus planos como futura vice-presidente Cultural da AJURIS. Um universo de possibilidades e de encontros marcados pela troca e pela emoção simplesmente desapareceram do panorama e, aos poucos, foi preciso que a perplexidade desse lugar à criatividade. Além disso, houveram dias em que a tristeza e o medo eram tanto que pouco espaço restava à cultura. Mesmo assim, implementamos projetos pioneiros e nos demos conta de que a distância e o meio virtual podem combinar com todas as formas de expressão artística. Aos poucos criamos possibilidades nunca imaginadas, conseguindo reunir associados e familiares em momentos que, tenho certeza, para muitos serão inesquecíveis.

”



MÁRCIA  
KERN

*VICE-PRESIDENTE CULTURAL*





**KÁREN RICK  
DANILEVICZ  
BERTONCELLO**  
*VICE-PRESIDENTE SOCIAL*

“

A expressão ‘banda mental interna bruta’ ecoa as lições que estamos vivenciando na pandemia: a escassez de saúde, de tolerância e de convivência nos despertou ou despertará, espera-se, o valor da perspectiva de longo prazo, de maior alcance e menos autocentrada. Aprendemos novas formas de socialização, interagimos virtualmente, mas o legado da banda mental maior indicia que nossas relações serão mais verdadeiras e mais solidárias.

”





FELIPE  
RAUN

VICE-PRESIDENTE  
DE APOSENTADOS

“

Quase dois anos de uma experiência que nunca imaginávamos que pudéssemos viver. Quase dois anos em que nossos afetos ficaram em demonstrações virtuais e distantes, sem o contato físico tão comum ao nosso povo. Quase dois anos em que dificilmente alguém pode dizer que não perdeu um familiar ou um amigo. Quase dois anos em que precisamos ser emocionalmente fortes para não sucumbir à ansiedade e depressão. Quase dois anos em que nós, associados da AJURIS, assim como qualquer outro estrato social, aprendemos a viver diferente. A pandemia parece se aproximar do fim, mas nunca mais seremos os mesmos, pelo menos a geração atual. A solidariedade e a conscientização de como somos frágeis e fortes deverão ditar nossos caminhos futuros. Ainda não podemos dizer como serão, mas sem dúvida a vida pessoal e em sociedade mudará. Aguardemos o que nos permitirá o futuro, tratando cada um de construí-lo da forma mais solidária, fraterna e igualitária possível.

”



“

Embora o termo reinvenção esteja muito surrado, não encontro outra definição que explique tão bem os impactos da pandemia. Em relação à Escola, de um momento ao outro nos vimos mergulhados completamente no mundo virtual, sendo que até então a realização de cursos a distância ainda era uma exceção. Aprendemos muito em termos tecnológicos e metodológicos, mas não sem dificuldades: gerenciamento de equipes a distância, falta do olho no olho, complexa equalização da carga de trabalho e instabilidades de rede. Para o futuro, o desafio será buscar o equilíbrio entre o virtual e o presencial.

”



**PATRÍCIA  
LAYDNER**  
*DIRETORA DA ESCOLA  
DA MAGISTRATURA*



**O DESAFIO  
DO PRESENTE:**

# A IGUALDADE DE TODOS NÓS

*Lutar contra a discriminação em suas diferentes facetas é uma bandeira que deve ser levantada por toda a sociedade. Essa foi a principal reflexão proposta pelo 5º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun) e o II Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação (Fonajurd), realizados simultaneamente em outubro com o apoio da AJURIS.*

*A premissa serviu de base para os debates e análises apresentados durante os encontros envolvendo magistrados, juristas, especialistas e ativistas em áreas como segurança pública, socioambiental, saúde mental, racismo estrutural e esperança por dias melhores.*

*Veja as principais ideias pontuadas no Enajun e Fonajurd na página a seguir:*



“

Quando falamos em paridade de gênero e equidade racial, nós estamos marcando que esses enormes problemas e desafios não desapareceram. Eles requerem ainda uma maior consciência e compromisso para que possamos algum dia chegar a sociedades que sejam verdadeiramente justas, igualitárias e equitativas.

“

A democracia não bateu na minha porta. Não há outro caminho para nós familiares de vítimas e mães que perderam seus filhos para esse regime de desigualdade e racismo que é implantado neste país. O caminho é resistir e lutar.

”

”



**JUÍZA ELIZABETH ODIO BENITO**

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos

**RUTE FIUZA**

Representante do Movimento Mães de Maio do Nordeste





“

O promotor de Justiça e o juiz de Direito devem ser, antes de mais nada, uma pessoa angustiada. Uma pessoa que sofre da angústia de não poder mudar essa realidade. A cada grau da carreira que você acende, essa responsabilidade aumenta. É importante que a gente nutra esse sentimento de angústia, porque pelo menos nos obriga a não acomodarmos.

”



**ROGÉRIO SCHIETTI**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

“

O passado se repete de uma forma metafórica. Existe, na verdade, no presente uma digital deixada por esse passado. A minha escrita fala muito sobre isso, ela nasce por conviver muito de perto com um certo déficit de direitos concedidos a pessoas negras de modo geral. Para uns a justiça é mais justiça do que para outros, e vemos isso todos os dias.

”

**ELIANA ALVES CRUZ**

Jornalista e escritora





“

A tragédia brasileira e o modo de funcionar econômico é totalmente impregnado pela lógica racista e pela escravidão. Isso precisamos colocar dentro da tensão dialética do debate democrático. A tensão não foi permitida, tivemos que ter políticas públicas e uma revolução tecnológica que faz meninos e meninas negros, a partir da produção desse novo discurso acadêmico e poderoso, projetem um debate em busca de uma dignidade que lhes foi negada.



**PAULO SCOTT**  
Escritor

”

“

Quando a Fundação Oswaldo Cruz elaborou um mapa de conflitos socioambientais do Brasil, ela identificou que 68% envolvem povos indígenas de comunidades tradicionais. É por isso que o Leroy e o Meireles afirmam que não são casos isolados, é uma epidemia nacional. O racismo ambiental volta-se para essas populações.

”

**ELIANE MOREIRA**  
Promotora de Justiça do Pará





“

Racismo ambiental é racismo, com todo o seu peso e sua carga de desgraça. Racismo é um sistema que movimenta processos, relações e engrenagens. Isso é um processo de engrenagem produzido ativamente em direção à aniquilação de nós que estamos aqui e o resto todo de irmãos e irmãs que estão expostos à face mais aguda disso tudo.

“

Será que o descaso do estado brasileiro em relação à intrusão do território Yanomami e o silenciamento das instituições constituídas nesse país seriam os mesmos se esses 22 mil garimpeiros tivessem invadido a fazenda de alguma das autoridades? A questão é: para que e para quem a justiça brasileira foi feita e se move nesse país.

”

**JUREMA WERNECK**

Diretora da Anistia  
Internacional no Brasil

**ROSANI FERNANDES**

Pós-doutoranda em Direitos  
Humanos da Amazônia





“

O debate sobre saúde mental e racismo é muito importante e nos permite diversos enquadramentos. A saúde é um direito universal, por tanto um dever do Estado. Um elemento fundamental no campo da legislação da saúde, é a política nacional de saúde integral da população negra, que desde 2009 é lei no SUS. Mas, ao mesmo tempo, é ignorada dentro do próprio Sistema Único de Saúde.

“

Nossa história foi forjada pelo sequestro na África, mas cabe a gente construir outros caminhos como a população negra já fez e vem fazendo historicamente. Reconstruímos a nossa história de outra forma, e essa atividade tem um marco extremamente importante para cada um de nós.

”

”

**DEIVISON FAUSTINO**

Professor e pós-doutor  
em Psicologia

**RACHEL GOUVEIA**

Professora, pós-doutora em  
Serviço Social e especialista em saúde  
mental e atenção psicossocial





“

A esperança ancora e ancorou a história do povo negro. De homens e mulheres afro-brasileiros nesse país. Nós somos movidos a esperança. Essa coragem de pessoas, que não necessariamente têm formação e letramento formal, ensina e orienta a nós, que temos essa possibilidade de acesso e redes de relacionamento, a agirmos em defesa delas, que sem os instrumentos estão na rua cobrando justiça desde que o Brasil é Brasil.



**FLÁVIA OLIVEIRA**

Jornalista da GloboNews

“

O Direito é uma ferramenta que vamos mobilizar para tentar reivindicar direitos, mas ao mesmo tempo é onde eles também são desconsiderados. Quando a gente pensa em esperança, também parte de um processo de construção de conhecimento justamente na busca de uma gramática que nos permita reivindicar direitos, uma trajetória e uma narrativa. E exigir um processo de recuperação de uma humanidade que durante muito tempo foi negada pelos instrumentos disso que a gente chama de justiça.

”

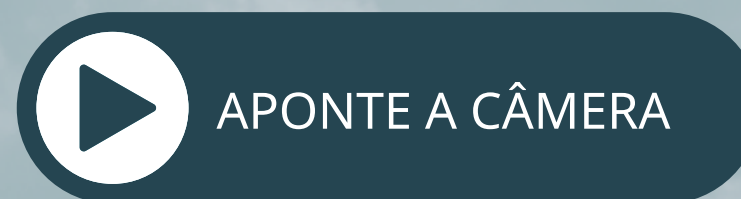


**WINNIE BUENO**

Doutoranda em Sociologia,  
mestra em Direito e ativista de  
movimentos sociais negros e feministas



***CONFIRA A ÍNTEGRA DAS  
PALESTRAS APONTANDO A  
CÂMERA DO SEU CELULAR  
PARA ESSE QR CODE:***





# JORNAL DA AJURIS

**NOVEMBRO 2021 - ANO 24 - NÚMERO 290**

## **Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS)**

### **Presidente**

Orlando Faccini Neto

### **Vice-presidente Administrativo**

Cláudio Luís Martinewski

### **Vice-presidente de Patrimônio e Finanças**

Mauro Peil Martins

### **Vice-presidente Cultural**

Marcia Kern

### **Vice-presidente Social**

Káren Rick Danilevicz Bertoncello

### **Vice-presidente de Aposentados**

Felipe Rauen Filho

## **Jornal da AJURIS**

### **Diretora de Comunicação**

Joseline Mirele Pinson de Vargas

### **Edição**

Alexandre Bach

### **Textos**

Letícia Breda

Christianne Schmitt

### **Projeto gráfico e diagramação**

Brenda Leal

### **Endereço:**

Rua Celeste Gobatto, 81

Praia de Belas - Porto Alegre/RS

CEP: 90110-160

Telefone: (51) 3284-9141

E-mail: [imprensa@ajuris.org.br](mailto:imprensa@ajuris.org.br)

Site: [www.ajuris.org.br](http://www.ajuris.org.br)